

Vítor
Neto

A Igreja Lusitana Evangélica.
Génese e consolidação (1880-1991)

A Igreja Lusitana Evangélica. Gênese e consolidação (1880-1911)

Por Vítor Neto

Durante a vigência do liberalismo monárquico, a confessionalidade do Estado colidia com a liberdade de consciência, enquanto a ausência da liberdade de cultos dificultava a difusão de outras religiões. Por isso, não nos surpreende que o protestantismo tivesse sido um fenómeno de importação e que a sua divulgação se ficasse a dever a missionários estrangeiros que se instalaram entre nós, ou que passaram pelo nosso país em acções de propaganda. O Estado católico apenas tolerava práticas culturais diversas a cidadãos estrangeiros "em casas para isso destinadas sem forma exterior de Templo" (artigo 6.º da Carta Constitucional de 1826). Por seu lado, o Código Penal (1852) veio impor um conjunto de restrições ao exercício da liberdade religiosa. A injúria pública por factos, palavras ou por escrito contra o catolicismo, a propagação de doutrinas contrárias aos dogmas católicos definidos pela Igreja, o proselitismo ou as conversões para religiões diferentes, ou para seitas reprovadas pelo catolicismo e a celebração de cultos diferentes da confissão oficial eram considerados crimes contra a religião do reino. A infracção à lei sujeitava os cidadãos nacionais ou estrangeiros a penas impostas pelo Código Penal. A apostasia ou a renúncia pública do catolicismo não estavam autorizadas e, se qualquer padre o abandonasse seria expulso do país "para sempre". Estas limitações às liberdades diminuam bastante a intervenção das minorias religiosas. Por vezes, alguns cristãos reformados, foram condenados pelos tribunais por prática de "crimes contra a religião"¹.

Se o protestantismo se difundira, na ilha da Madeira, na década de 40 e se, no continente, Gomez y Togar² fundou, em 1839, a "Capela da Promulgação do Santo Evangelho de Jesus" (Lisboa), a tendência episcopal³ deste núcleo seria retomada, a partir de 1867, por Angel Herreros de Mora. Este eclesiástico foi eleito primeiro bispo de uma Igreja reformada em Portugal (1874). Em consequência das decisões tomadas pela Igreja católica, no Concílio Vaticano I, uma dezena de sacerdotes abandonou esta corporação, como protesto contra os

¹ Vítor Neto, *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal (1832-1911)*, Lisboa, INCM, 1998, pp. 527-528.

² Quando veio para Portugal era filiado na Igreja anglicana, mas acabaria por se ligar ao metodismo. À sua capela, na rua Nova do Almada (Lisboa), acorria uma centena de pessoas. Em 1842, celebrou o casamento protestante do padre católico romano, Porfírio de Carvalho e Melo. Foi a primeira vez que tal ocorreu no nosso país. Eduardo Moreira, *Vidas Convergentes. História Breve dos Movimentos de Reforma em Portugal a partir do Século XVIII*, Carcavelos, Publicações da Junta Presbiteriana de Cooperação em Portugal, 1958, p. 145.

³ A doutrina episcopalista aceita as três ordens do clero-bispo, presbítero e diácono e nega à Santa Sé a primazia da jurisdição, atribuindo-a a cada bispo na sua diocese. A Igreja Anglicana é o exemplo claro de uma Igreja episcopal. A comunidade anglicana nos Estados Unidos denomina-se Igreja Episcopaliana. Cf. J. M. Mendes Moreira, *Origens do Episcopalismo em Portugal- O Despertar da Igreja Lusitana (1839-1899)*, vol. I, Tese de Mestrado policopiada apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto em 1995, p. 29.

⁴ Alguns crentes espanhóis residentes em Lisboa, ligados à agremiação religiosa de Mora requereram aos governos de Portugal e de Espanha o reconhecimento dos seus cultos e da sua Igreja. Assim aconteceu

novos dogmas, e filiou-se na congregação de Angel Mora⁴. Vários destes ex-padres contraíram matrimónio na Igreja Evangélica Reformada transformando-se também nos principais pastores dos núcleos evangélicos. Porém, alguns viram-se forçados a encontrar meios para a sua sustentação em actividades seculares. Em 1870, no templo de Mora, teve também lugar a abjuração do padre João Joaquim da Costa e Almeida⁵. Os padres José Inácio Pinheiro e Manuel Jerónimo Cordeiro, depois de passarem pela Igreja Evangélica Espanhola, retornaram ao catolicismo. Por seu lado, José Joaquim Rechoso entrou na comunidade de Mora, mas acabou por seguir a advocacia em Portalegre, enquanto José Nunes Chaves, após o ingresso na congregação presbiteriana de S. Paulo (Lisboa), seria um dos fundadores da Igreja Lusitana. Perante a rigidez da lei, alguns padres apóstatas adquiriram a nacionalidade espanhola (ex. António Ribeiro de Melo). Segundo Diogo Casseis, o bispo de Viseu teria simpatizado com os despadrados e, especialmente, com Henrique Ribeiro Ferreira de Albuquerque (irmão do político e poeta Tomás Ribeiro), António Teixeira de Miranda e Manuel António Pereira Júnior. Ao que parece estes ex-sacerdotes católico-romanos teriam alimentado a esperança de que Alves Martins os acompanhasse na sua apostasia⁶. Sob o ponto de vista ideológico, os despadrados assumiam posições próximas do movimento velho-católico⁷ alemão e suíço surgido na sequência do Concílio Vaticano I. Assim, rejeitavam as inovações dogmáticas e reivindicavam as liberdades da Igreja Lusitana primitiva. Por isso, não pretendiam fundar qualquer outra religião já que se consideravam católicos.

A formação dos primeiros núcleos episcopalistas de Lisboa (comunidades de S. Paulo e de Jesus e congregação da SS. Trindade em Rio de Mouro, Sintra) ocorreu nos inícios da década de 70. Seriam, aliás, estes grupos que estariam na origem da Igreja Episcopal Reformada Portuguesa⁸ a qual beneficiou do apoio da *Spanish and Portuguese Evangelization Society*⁹. Entretanto, os ex-padres católicos e alguns leigos, liderados por Thomas Godfred Pope, procuraram unificar as congregações separadas de Roma e organizaram uma Igreja essencialmente católica e nacional. Nesse sentido, enviaram um memorial ao Sínodo Episcopal das Igrejas Anglicanas pedindo o seu apoio e reconhecimento. A Igreja Episcopal Reformada afirmava aceitar a comunhão anglicana, assim como a sua liturgia incluída no *Book Common*

por decisão do governo do duque de Saldanha em 5 de Agosto de 1870. A partir desta data, a Igreja Evangélica Espanhola poderia funcionar livremente. Convém ainda dizer que esta corporação seguia o rito episcopal, usando a liturgia da Igreja Episcopal dos Estados Unidos. *Idem, Ibidem*, p. 31.

⁵ Juan B. Vilar, *Intolerância y Libertad en ia Espana Contemporânea. Los Orígenes dei Protestantismo Espanol Actuai*, Madrid, Ediciones Istmo, 1994, p. 299.

⁶ Eduardo Henriques Moreira, *Esboço da História da igreja Lusitana*, Lisboa, Edição do Sínodo da Igreja Lusitana Evangélica, 1949, p. 9.

⁷ O movimento velho-católico resultou da oposição de Dollinger ao dogma da infalibilidade papal e foi liderado, na Alemanha, por Reikens, antigo professor de História e Teologia. Em Portugal, Alexandre Herculano, que se aproximava das posições do velho-catolicismo, manteve relações epistolares com Dollinger. Vítor Neto, *ob. cit.*, pp. 399-400.

⁸ A Igreja Episcopal Reformada foi a "antecâmara" da Igreja Lusitana. Foi criada, em 1878, pelas congregações episcopais de Rio de Mouro, de S. Paulo e a da rua de S. Marçai (futura igreja de Jesus). J. M. Mendes Moreira, *ob. cit.*, vol. I, p. 38.

⁹ Arquivo Histórico da Igreja Lusitana, *Livro de Relatórios Anuais*, 1878, p. 3.

Prayer. O Sínodo manifestou interesse pela reforma portuguesa e ordenou ao bispo Henry Chauncey Riley da Igreja do México e ao futuro arcebispo de Dublin a visita à Península Ibérica e a prestação de auxílio aos cristãos reformados. Em 8 de Março de 1880, foi oficialmente constituída a Igreja Lusitana Católica Apostólica Evangélica¹⁰. No acto da sua criação foi aprovado um Regulamento Geral de XXXI Artigos, formou-se o Sínodo Diocesano, a Comissão Permanente Diocesana e o Sínodo Geral¹¹. Foram seus fundadores Pope (cónego irlandês e capelão da colónia britânica em Lisboa), os ex-padres católicos J. J. da Costa e Almeida¹² e José Nunes Chaves, o evangelista Cândido Joaquim de Sousa e os leigos José Gregório Baudouin, Francisco Rodrigues Lobo e João G. de Araújo Veloso¹³. Após a formação desta congregação, todos os os cristãos evangélicos foram convidados a aderir à Igreja Lusitana e a enviar os seus representantes ao Sínodo Diocesano. Por seu lado, a Igreja Evangélica Espanhola, liderada por Henrique Ribeiro Ferreira de Albuquerque, aderiu à nova agremiação religiosa levando consigo todos os seus fiéis e criando a comunidade de S. Pedro. No Norte, Diogo Casseis¹⁴ abandonou o metodismo e ingressou com a sua congregação do Torne (Gaia) na Igreja Lusitana. Apesar disso, esta comunidade continuou a colaborar com o metodismo portuense¹⁵ e, em especial, com a igreja do Mirante. Este facto, comprovava-se com a participação conjunta de jovens das duas Igrejas na União Cristã da Mocidade Portuguesa criada em 1895. O irmão daquele reformador, Andrew B. Casseis, até então ligado ao metodismo de Vila Nova de Gaia, pediu a adesão da sua comunidade do Candal à Igreja Lusitana, em 1882. Podemos concluir que esta Igreja não só nasceu da fusão de algumas congregações religiosas existentes no país como da acção desenvolvida pelos despadrados que tinham abandonado o catolicismo em consequência das decisões tomadas

¹⁰ J. Santos Figueiredo, *Factos Notáveis da História da Igreja Lusitana*, 2ª ed., Porto, Typographia Mendonça, 1910, p. 48. Na primeira metade do século XX, um grupo da congregação Lusitana liderado por Santos Figueiredo defendia, com ardor, que a Igreja Lusitana não foi fundada em 1880. Nesta data, apenas fora restaurada, dado que o seu nascimento se dera no primeiro século da Era Cristã, *O Despertar*, 31-10-1955. Creio que, ainda hoje, é esta a posição oficial dos "Lusitanos".

¹¹ AHIL, *Livro de Actas do Sínodo Diocesano*, 8-3-1880.

¹² Em virtude da sua militância evangélica foi, com sua esposa, excomungado pelo patriarcado por quatro vezes. O clero católico, explorando a sua apostasia, não deixou de o atacar no púlpito. Acusado de ensinar doutrinas contrárias à confissão do Estado e de praticar a beneficência para atrair novos adeptos para a Igreja Lusitana seria, com sua esposa, chamado ao tribunal de Sintra onde acabou por ser absolvido. Teve como defensor Manuel de Arriaga, futuro presidente da república. Creio que Costa e Almeida estaria ligado ao *Partido Republicano Português*, ou pelo menos tinha simpatia por esta agremiação política. A congregação de Rio de Mouro, liderada por ele, foi uma das organizações que fundou a Igreja Lusitana Evangélica.

¹³ Eduardo Henriques Moreira, *ob. cit.*, p. 7

¹⁴ Membro da burguesia britânica radicada no Porto acabaria por se naturalizar português. Foi um dos principais animadores do metodismo em Vila Nova de Gaia. Divergindo de Moreton, líder metodista no Porto, quanto à estratégia a seguir por essa Igreja acabou por aderir à Igreja Lusitana de que seria um dos principais mentores.

¹⁵ Na organização do metodismo nortenho destacou-se Robert Hawkey Moreton que chegou ao Porto em 1871. Formado em Teologia pelo Seminário Teológico Wesleyano de Richmond, em Londres, desempenhou um papel notável na organização e difusão desta crença religiosa. Inesperadamente entraria em colisão com Diogo Casseis por razões diferenciadas no que concerne à difusão do protestantismo no Norte.

no Concílio Vaticano I.

Desde o início, que os fundadores da nova Igreja, pretenderam aderir à comunhão anglicana, mas esta não estava muito disposta a aceitá-los, porque alguns dos primeiros membros da comunidade não eram anglicanos nem o queriam ser. Como estes activistas religiosos não tinham relações com o episcopado da Igreja de Inglaterra, procuraram apoio nos irlandeses e no bispo do Vale do México. Esta opção pela Irlanda compreende-se se soubermos que, neste país, existia a facção da comunhão anglicana que se encontrava mais próxima do movimento velho-católico. Na óptica dos irlandeses, os reformadores nacionais estavam demasiadamente conotados com o catolicismo e, por isso, não poderiam dar um apoio oficial à instituição nacional. Por outro lado, o bispo, lord Plunket, numa das suas vindas a Lisboa (1881) argumentou que faltava identidade doutrinária à Igreja Evangélica. Mais do que a protestantização da congregação, os ex-padres católicos que dela faziam parte, ou que a ela aderiram posteriormente, pretendiam reformar o catolicismo através de um regresso à sua pureza original. Apesar de algum distanciamento institucional, havia contactos individuais entre anglicanos irlandeses e católicos reformados portugueses. As comunidades reformadas nacionais tinham um enorme interesse na sagração de um bispo uma vez que, este facto, poderia tornar a instituição mais prestigiada a nível nacional e internacional. Não obstante esta vontade, a Igreja da Irlanda recusou sagrar Pope como prelado ao contrário do que sucedera em Espanha, onde Juan Baptista Cabrera adquiriu a dignidade episcopal em 1894⁶. Inicialmente Thomas Pope não aceitava as funções de bispo mas, em 1897, acabou por ceder a algumas pressões dos reformadores portugueses e mostrou-se disponível para o cargo. Nesta ocasião, os irlandeses revelaram a sua habitual desconfiança em relação ao Sínodo da congregação Lusitana e não aceitaram a sagração. Esta posição de recusa ter-se-ia ficado a dever a uma certa falta de consistência doutrinária por parte da corporação portuguesa. Convém recordar que o cónego Pope liderou a Igreja durante vários anos e que a influenciou bastante no campo da liturgia, em boa parte anglicana, na estruturação do aparelho eclesiástico e no modo de funcionamento da instituição⁷. Por seu lado, os ex-padres católico-romanos não se opunham ao anglicanismo em virtude do seu carácter episcopal, facto que o aproximava do catolicismo. Perante as dificuldades, que advinham da falta de um bispo, fundou-se um conselho provisório de hierarcas destinado a dar apoio à Igreja Lusitana. Este organismo era formado pelos bispos Riley do México, lord Plunket (bispo de Meath e mais tarde arcebispo de Dublin), pelos prelados de Down, de Clogher e pelo espanhol Cabrera. Estas figuras

⁶ Cabrera liderou a Igreja Espanhola Reformada até 1880 impondo-lhe regras disciplinares e litúrgicas, formas culturais e o regresso a alguns aspectos do catolicismo primitivo. Acabaria por abandonar esta Igreja naquela data arrastando consigo uma parte dos fiéis e constituindo posteriormente a Igreja Reformada Episcopal, da qual foi primeiro bispo até à data da sua morte (1916). Neste período, colaborou sempre com a Igreja Lusitana Evangélica.

⁷ Referindo-se ao cónego britânico Diogo Casseis afirmava: "O Dr. Pope não podia ser considerado como estrangeiro porque era português de coração, tinha a plena confiança de todos, até mesmo de muitos católicos romanos, e apesar de não ser o fundador, era sem dúvida o organizador da Igreja Lusitana, e é principalmente a ele que a nossa Igreja deve a sua bela liturgia e excelente organização eclesiástica que possui". Diogo Casseis, *A Reforma em Portugal*, 3ª ed., Porto, 1906.

do anglicanismo visitaram Portugal, por diversas vezes, e mantiveram o entusiasmo inicial dos membros da congregação¹⁸. O reconhecimento da Igreja anglicana era importante para os evangélicos portugueses, embora para Diogo Casseis, o movimento fosse "inteiramente e essencialmente nacional" e não dependesse "nem de inspiração, nem de instruções, nem de subsídio do estrangeiro". Daqui concluíamos que a Igreja Lusitana "era um brado inteiramente nacional contra as inovações de Roma"¹⁹.

Nos finais do ano de 1880, o Sínodo nomeou uma Comissão²⁰ encarregada de elaborar o *Livro de Oração Comum*. Inspirado no *Book of Common Prayer* e adaptado à realidade portuguesa seria apresentado dois anos depois e adoptado em 1884. O texto reafirmava o carácter nacional, católico e evangélico da nova Igreja. No prefácio do *Livro* pode ler-se: "São passados mais de três séculos desde que a Alemanha, a Inglaterra, a Dinamarca, a Irlanda, a Escócia, a Suécia e a Noruega, depois de haverem estado por períodos mais ou menos longos, em sujeição a Roma, sacudiram o jugo do despotismo espiritual e estrangeiro e reconquistaram as suas antigas liberdades como Igrejas Nacionais, reformadas e independentes. Tal é o fim que temos em vista como cristãos portugueses. Não pretendemos fundar uma nova religião; queremos tão-somente expurgar a Religião Cristã das corrupções seculares, reivindicar as liberdades da primitiva Igreja Lusitana - por tanto tempo sujeita ao jugo de Roma - e difundir por todo este país uma doutrina que seja católica e apostólica numa igreja portuguesa e não romana"²¹. Daqui se conclui que os fundadores da nova instituição pretendiam um regresso ao catolicismo primitivo e a formação de uma Igreja nacional. Portanto, esta congregação diferenciava-se pela sua doutrina, pela sua organização e pelas suas origens dos protestantismos vários que também se implantavam na sociedade portuguesa da época. A liturgia, definida no *Livro de Oração Comum*, representava uma síntese dos ritos anglicanos, bracaraenses, moçárabes e galicanos. A agremiação religiosa procurava um regresso ao Evangelho e, no plano litúrgico, conciliava a tradição anglicana com as características da Igreja primitiva em Portugal. A Igreja Lusitana, que nasceu como um movimento de reacção de ex-párocos católicos e de alguns leigos contra o absolutismo de Pio IX, voltou-se para o Evangelho e procurou conciliar o cristianismo primitivo com o liberalismo assumido pelo movimento velho-católico alemão. Esta tendência religiosa encontrara eco em intelectuais como Alexandre Herculano o qual, apesar de católico, não concordava com a evolução dogmática e organizativa da Igreja romana.

A Igreja Lusitana implantou-se em Lisboa (congregações de S. Pedro, S. Paulo²² e de Jesus), Porto (comunidade do Redentor), Vila Nova de Gaia (congregações de S. João Evangelista, do Bom Pastor, da Madalena e igreja do Salvador), Guimarães, Viana do Castelo, Oliveira do Douro (missão), Setúbal (missão e colégio) e Rio de Mouro (congrega-

¹⁸ Eduardo Henriques Moreira, *ob. cit.*, p. 28.

¹⁹ Cit. por Vítor Neto, *ob. cit.*, p. 114.

²⁰ Dela faziam parte o cônego e liturgista Pope e os presbíteros Henrique Ribeiro (cultor das liturgias bracaraense e moçárabe) José Nunes Chaves e Diogo Casseis. Eduardo Henriques Moreira, *ob. cit.*, vol. I, p. 29.

²¹ Transcrito por Vítor Neto, *ob. cit.*, p. 555.

²² Em 1899, a Igreja Lusitana adquiriu aos presbiterianos o edifício do antigo convento dos Marianos e instalou aí esta comunidade assim como o Colégio Evangélico Lusitano.

ção da SS. Trindade). Esta instituição religiosa dispunha de sete igrejas e desenvolvia uma actividade intensa sob o ponto de vista religioso e muito significativa no campo do ensino, como o comprovam os seus relatórios²³. Com o decorrer dos anos enraizou-se e consolidou--se nalguns dos principais meios urbanos em virtude de uma boa organização. A comunidade mais numerosa era a de S. Pedro (Lisboa), mas a melhor organizada era a do Torne (Gaia), devido à acção do grande reformador evangélico, Diogo Casseis. A Igreja participava nos officios divinos (baptismos, casamentos e mortes) mas, como a implantação social não era grande, a sua actividade, neste campo, tinha algumas limitações. Os seus templos eram frequentados, sobretudo, pelo operariado (igreja de S. Paulo em Lisboa) e pelas classes médias (profissões liberais e militares). Se, na capital, a participação de fiéis se manteve estável, ou cresceu lentamente, em Vila Nova de Gaia - em virtude da acção dos irmãos Casseis - o número de comungantes aumentou. Nos finais do século XIX, os cultos reformados seriam frequentados, na área do Porto e de Gaia, por cerca de 1500 participantes, entre os quais estavam 400 comungantes²⁴. Os núcleos de Lisboa também eram formados por um grupo significativo de cristãos reformados. Com o objectivo de alargarem a sua influência religiosa, os membros da Igreja dedicaram-se ao ensino e reuniram todos os alunos das escolas paroquiais da capital no Colégio Evangélico Lusitano (funcionava no antigo convento dos Marianos). Embora estivessem matriculados 148 estudantes, nos finais do século, apenas acorriam a essa escola uma média diária de 54 alunos. Como a estratégia expansionista da Igreja passava pela instrução popular junto ao lugar de culto surgia, quase sempre, uma dependência onde funcionava uma aula de instrução primária aberta a alunos de ambos os sexos. Estas escolas facultavam ainda lições nocturnas para adultos e, nalguns casos, leccionavam disciplinas dos cursos secundários. A partir de 1880, o número de alunos matriculados aumentou sempre. O Colégio do Torne, fundado em 1868 por Diogo Casseis, desempenhou um papel importante no combate ao analfabetismo em Gaia, pois o número total de estudantes que acorriam às aulas desta localidade era muito elevado²⁵. No seu conjunto, o ensino protestante não deixou de contribuir para o combate ao analfabetismo e, pode-se mesmo dizer, que as suas escolas eram mais frequentadas que as suas igrejas.

Financeiramente a Igreja Lusitana era mantida pelas dádivas dos fiéis²⁶, pelos seus membros (ex., os irmãos Casseis) e pela Sociedade Auxiliadora de Londres que suportava as despesas com os ministros e professores das comunidades de Lisboa. A Igreja tinha uma presença escassa na imprensa tal como acontecia com a restante propaganda evangélica. Alguns dos seus líderes colaboravam no jornal *A Reforma* (dirigido por Guilherme Dias), que saiu a

²³ Cf. *Relatórios da Igreja Lusitana Catholica Apostólica Evangélica, 1899 a 1903*, Porto, Typ. da Papelaria dos Loyos, 1904.

²⁴ Quando vinham a Portugal personalidades da Igreja Anglicana, com aconteceu em 1892, com a presença do arcebispo de Dublin e do bispo de Clogher, a assistência aos actos de culto aumentava bastante. Nessa altura, 420 pessoas estiveram na igreja do Bom Pastor, 300 na igreja do Torne, 300 na igreja do Redentor, 450 na igreja de S. Pedro e 300 na igreja de S. Paulo. J. M. Mendes Moreira, *ob. cit.*, vol. I, pp. 66-67.

²⁵ *Idem, Ibidem*, p. 71.

²⁶ A comparticipação dos crentes para os fundos paroquiais das igrejas era, em geral, bastante reduzido, cor respondendo a metade dos comungantes. *Idem, Ibidem*, p. 69.

lume, no Porto, entre 1877 e 1892. Em Torne (Gaia) publicava-se um boletim local intitulado *Egreja Lusitana* (1892-1923). *O Evangelista*, órgão nacional da instituição, foi publicado entre 1893 e 1900. A sua curta vida ficou a dever-se à intolerância religiosa do ultramontanismo da capital a respeito dos evangélicos. Os padres Armando Pereira Araújo, Frederico Flower e António F. Fiandor dirigiam o órgão de imprensa evangélico *Luz e Verdade*. Em Setúbal, redigia-se o *Arauto Cristão*, escassamente difundido. Neste ensejo, convém referir que um crente de Viana de Castelo deixou à Igreja um legado, administrado por Andrew B. Casseis, que seria aplicado na publicação de vários opúsculos sob a sigla de "Biblioteca António Maria Candal" e de um almanaque para 1909. Para além disso, os membros da Igreja lançaram a lume variadíssimos folhetos de propaganda, escritos devocionais, colectâneas de hinos e sucessivas edições da Bíblia.

Devido à influência dos ex-padres católicos, a instituição evangélica assumiu sempre uma posição antiultramontana e anticongregacionista. É certo que manifestava uma certa ambiguidade que resultava das influências simultâneas do movimento velho-católico, do anglicanismo e do catolicismo. Contudo, não deixava de se demarcar do romanismo a nível organizacional e no plano doutrinário. Defendendo uma Igreja nacional, os apóstatas pugnavam por um retorno aos preceitos do Evangelho, autodefiniam-se como católicos não-romanos e recusavam, em consequência, a designação de protestantes. A corporação foi, desde as suas origens, um movimento de reacção contra o ultramontanismo sem qualquer filiação com o protestantismo do século XVI²⁷. O seu objectivo consistia - como já se viu - na restauração da Igreja primitiva, a qual, nessa fase, ainda não era influenciada pelo romanismo. A este propósito, afirmava o núcleo de Gaia: "...Desejamos manter intacto em toda a sua inteireza e pureza a doutrina católica da igreja primitiva e unida, a ordem apostólica e também os usos da antiga igreja bracaranse, durante muitos séculos independente do jugo estrangeiro de Roma"²⁸. Como Thomas Pope foi o seu grande organizador não nos surpreende que a tivesse influenciado significativamente em vários domínios. Se, como já vimos, a Igreja era independente e tinha um carácter nacional - o que a opunha ao internacionalismo romano -, a sua estruturação foi feita a partir do exemplo britânico, embora os nossos reformadores não aceitassem a designação anglicana. As relações preferenciais faziam-se com a Igreja da Irlanda e com a Igreja Episcopal dos Estados Unidos da América. Porém, nenhuma destas instituições reconhecia a congregação nacional, facto que não só diminuía o seu espaço de manobra nas relações internacionais como contribuía para limitar o seu prestígio interno. Alguns hierarcas estrangeiros apoiavam os reformadores nacionais como aconteceu com lord Plunket que visitou Portugal por diversas vezes. cremos que a síntese da liturgia, feita a partir de elementos diversos, funcionou como um obstáculo ao reconhecimento internacional da corporação. O lema adoptado - "Verdade evangélica, ordem apostólica. Unidade na certeza. Liberdade na dúvida. E caridade em tudo" - era o espelho das influências múltiplas na Igreja Lusitana (anglicanas, católico-romanas e evangélicas).

Os seus membros contestavam o celibato do clero, a venda das indulgências, os novos

²⁷ *Idem, Ibidem*, p. 75.

²⁸ *Egreja Lusitana Catholica Apostólica e Evangélica*, n.º 206, ano XIV, 10-8-1907, p. 1.

²⁹ *Idem*, n.º 212, ano, XIV, 1-12-1907, p. 2.

dogmas do catolicismo²⁹, a confissão auricular obrigatória e o ultramontanismo. Segundo a argumentação do padre Manuel Rinto dos Santos representante da Igreja a confissão auricular, não tinha fundamentação pública e não só funcionava como um meio de instrumentalização dos cidadãos, mas também a consciência papal. Os evangélicos consideravam estes Motins (bispo de Viseu) o iniciador da reforma uma vez que recusara o infalibilismo papal quando deslocou a Roma em 1867. De entre os aderentes ao protestantismo, e, especialmente, à Igreja Lusitana, devem-se destacar J. J. Costa e Almeida Henriques, Manuel António Pereira, Ribeiro de Melo, José Joaquim Hechoso, tose Nunes Chaves, Joaquim dos Santos Figueiredo¹, Sousa Lacerda, Gójiçaives de Sousa, Pinto Santos, Alfredo Joaquim de Castro e Guilherme Dias³². Este presbítero, que já se evidenciava enquanto pregador ao serviço do metodismo, era também um polemista destacado... cortiça comprova a discussão com o cardeal D. Amédco, com Joaquim Alves daíta e Sena Freitas sobre o protestantismo nos finais da década de 70. Nesta linha, publicaram alguns panfletos contra o catolicismo (*O que É tu Missa*, 1885, 25 ed., *Vozes da História* / 1885 e, *O que É a Confissão Auricular*, 1889). Retomando o cristianismo dos Evangelhos defendia: a verdade e de culto?, contestava a missa, as doutrinas, a transubstanciação: do purgatório, os malefícios da confissão auricular, o celibato obrigatório, e os romanos. Perante as posições de Guilherme Dias, os teólogos Manuel Filipe Coelho e Silva Ramos saíram em defesa do catolicismo romano e refutaram as ideias do pastor protestante. Segundo Trindade Coelho a Igreja tinha, nos finais do século XIX 13 Congregações, 8 colégios e 1 livraria³⁴. Entre 1880 e 1910, estiveram ao serviço da corporação 19 ministros e entre os quais, 5 párocos católico-romanos.

Nos princípios deste século, Joaquim dos Santos Figueiredo passou a liderar a congregação orientadora no sentido de uma maior protestantização. A sua estratégia baseava-se num recurso crescente aos elementos de uma imaginária Igreja primitiva e na fidelidade ao episcopalismo e à liturgia católica e ao cariz anglicano. O teólogo irlandês John Harden orientou, entre 1903 e 1907, um curso teológico em Vila Nova de Gaia e exerceu então uma influên-

²⁹ Manoel Pinto dos Santos, *Quem são os Apóstatas?*, Lisboa, 1904, p. 41.

³⁰ Foi pároco da igreja de Santa Cruz de Coimbra mas, em 1891, em virtude de um incidente com o prelado da diocese, D. Manuel Correia de Bastos Pina, abandonou a Igreja Católica e deslocou-se para o Porto ingressando no metodismo. Em 1892, mudou-se para Lisboa e ingressou na Igreja presbiteriana. Nos finais do século transferiu-se, para a Igreja Lusitana, exercendo funções no antigo convento dos Marianos. Republicano e polemista recorreu à imprensa para atacar o ensino teológico e o jesuitismo. Em 1905, foi nomeado presidente do Sínodo da Igreja Lusitana e, em 1922, seria eleito bispo, embora nunca tivesse sido sagrado. Cf. Vítor Neto, *ob. cit.*, p. 540.

³¹ Deixou a Igreja Católica e foi para o Brasil onde aderiu ao metodismo. Quando regressou a Portugal instalou-se no Porto e ligou-se à Igreja do Mirante. Mais tarde, abandonou esta religião e aderiu à Igreja Lusitana tendo organizado a congregação de S. Lázaro. Em 1892, deixou, por razões pouco claras, o catolicismo não romano e voltou ao Brasil.

³² Vítor Neto, *W. cfe*; p. 1 *Étil*

³⁴ Este autor afirmava ainda que, nos inícios do século XX, os protestantes tinham 55 igrejas e missões, 31 colégios e 3 livrarias especializadas. Trindade Coelho, *Manual Político do Cidadão Português*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira Livraria Editora, 1906, pp. 397-398. «.

³⁵ Vítor Neto, *ob. cit.*, p. 561.

cia significativa na orientação da instituição³⁵. Deste curso saíram os homens que vieram a dirigir a agremiação religiosa nas décadas posteriores: Armando Pereira de Araújo, António Ferreira Fiândor, José Maria Leite Bonáparte', Júlio Bento da Silva, José Pereira Martins, Elias'Jtísé dos Santos; etc.³⁶. Santos Figueiredo (bispo eleito) acusava Diogo Casseis de ter pretendido fazer em Portugal ò mbsmo^f que Jacinto Loyson em França, Dollinger na Alemanha e' outros teólogos há Suíça e na Holanda. Nesta perspectiva, criticava as pretensões de uma nacionalização dá Igreja em consonância com as ideias do movimento velho-catóíeo.-Pãfa esta linha, marcadamente nacionalista, muito teriam contribuído os ex-padres católicos liberais que se distinguiram na luta contra a reacção clerical. Com Santos Figueiredo, a Igreja Lusitana entrou numa segunda fase caracterizada por uma maior inserção d^ congregação religiosa no protestantismo. Assim, devido às influências deste ex-padre católico e do teójogo Harden, a instituição abandonou uma boa parte dos elementos velho-católicos e identificou-se com a religião protestante, embora os seus ministros continuassem â recusara classificação dé protestantes. Em virtude'da nova orientação, a Igreja passou a proibir á entrada de ex-padres romanos, a partir dos finais do século XIX. Provavelmente *esta* nova posição doutrinária explica não só a saída de Guilherme Dias e a sua partida para o Brasil (1892), como a decepção de Henrique Ribeiro e de Costa e Almeida que viram desfazer-se o seu sonho de uma reforma católica. A protestantização progressiva da instituição eclesiástica levou também Diogo Casseis a uma distanciação progressiva da congregação. Na verdade, quando este reformador morreu já se encontrava isolado no seio da Igreja Lusitana que ajudara a criar. Apesar do seu extraordinário papel enquanto líder do movimento reformador de Gaia, Casseis nunca desempenhou qualquer cargo relevante na agremiação³⁷. Em síntese: se a Igreja fora um movimento de reforma católica até aos finais do século passado, devido à actividade daquele comerciante inglês naturalizado português e dos despadrados romanos, a partir dos inícios do século XX, a sua protestantização parece ter sido uma realidade³⁸.

Com a implantação da República foram decretadas as liberdades de consciência, de culto e de associação e, com estas medidas, passaram a estar criadas as condições para o desenvolvimento do protestantismo em geral e da Igreja Lusitana, em particular. Daí que as congregações da Igreja Lusitana se apressassem a saudar o novo regime³⁹. O presidente do Sínodo, Santos Figueiredo era republicano, facto que facilitava os seus contactos com os novos líderes políticos. Após o "5 de Outubro", os membros da Igreja Lusitana esperaram a publicação de uma lei de Separação do Estado das Igrejas e reclamaram a nacionalização prévia dos bens eclesiásticos⁴⁰. Nesse contexto, a imprensa evangélica argumentava que, só assim, se evitaria a intromissão da Cúria romana nos assuntos religiosos do nosso país. Referindo-se a esta questão, J. Santos Figueiredo afirmava: "Será conveniente tratar-se o mais

³⁵ Eduardo Henriques'Moreira, *ob. cit.*, pp. 34-35.

³⁷ Reconhecendo o seu papel no campo do ensino e na luta contra o analfabetismo o governo republicano acabaria por o agraciar. J. M. Mendes Moreira, *ob. cit.*, vol. I, p. 66.

³⁸ Vitor Neto, *ob. cit.*, pp. 561-562.

³⁹ *Egreja Lusitana Catholica Apostólica e Evangélica*, n.º 276, ano XVII, 18-10-1910, pp: 1-2.

⁴⁰ Cf. Eduardo Moreira, *A Crise Nacionát é a Soltiçãcí Protestante*, Porto, Typographia Mendonça, 1910.

breve possível, como desejam alguns, da Separação da Igreja do Estado? Na minha opinião e sou cristão protestante, andaria bem o governo da república não praticando esse divórcio sem ter primeiramente nacionalizado a Igreja. Deixar a Igreja de Roma livre é permitir que nela governe absolutamente e por consequência no país a cúria romana. Será então um Estado no Estado!"⁴¹. Na conjuntura marcada pelo derrube da monarquia, os núcleos de cristãos reformados de Lisboa, Porto, Gaia, Setúbal, Viana do Castelo e Rio de Mouro, fizeram-se representar por Santos Figueiredo, num encontro com Afonso Costa (ministro da Justiça). O líder da Igreja Lusitana manifestou, nessa reunião, a sua adesão à República e reclamou a liberdade de cultos⁴².

96

Após a publicação da lei que punha termo ao regime concordatário e que laicizava o Estado (20 de Abril de 1911), os protestantes nomearam uma Comissão destinada a estudar o diploma. De uma maneira geral, apoiaram criticamente o decreto de Afonso Costa. Nessa sequência, uma delegação composta por Alfredo da Silva, J. dos Santos Figueiredo, Diogo Casseis e outros apresentou um "memorial" a Bernardino Machado no qual denunciava a situação de privilégio em que ficava a Igreja católica em virtude da cedência gratuita pelo Estado de igrejas, seminários, bens e da concessão de verbas avultadas (pensões concedidas ao clero)⁴³. O grupo reformador sugeria ainda algumas alterações à lei nos artigos em que o texto legal "prejudicava" o protestantismo⁴⁴. Por seu lado, a imprensa evangélica criticou o radicalismo do decreto e sugeriu a sua substituição por uma outra lei mais moderada. Os articulistas pensavam que a laicização do Estado traduzia a influência ideológica do livre-pensamento, facto que acabava por ser negativa para a religião. Por outro lado, contestavam as restrições impostas pela lei ao culto, o que revelava uma certa intolerância das autoridades republicanas⁴⁵. Os cristãos reformados, em geral, e os membros da Igreja Lusitana, em particular, julgavam que o diploma acabava por não favorecer muito as minorias religiosas. É que, a laicização das instituições, da sociedade e das consciências, imposta pela legislação republicana, obstaculava a expansão religiosa desejada pelos evangélicos.

No decurso do debate sobre a questão religiosa, Santos Figueiredo saiu em defesa da religião publicando, para o efeito, um opúsculo esclarecedor: "Muitas almas ingénuas, no encontro de tantas pessoas sem religião, afligem-se, julgando que a religião vai acabar. A religião nunca acabará, porque é uma parte viva da humanidade. Crises religiosas há, e tem-nas havido em todos os tempos, mas isso são fogos fátuos que aparecem em certas condições da sociedade para logo desaparecerem"⁴⁶. Não deixando de alertar para os perigos da propaganda anti-religiosa, acreditava na recristianização da sociedade numa sociedade democrática inspirada no Evangelho. Como cristão reformado pensava que o processo de dinamização religiosa seria desencadeado pelo protestantismo: "Ensinando as puras doutrinas do

⁴ *Egreja Lusitana Catholica Apostólica e Evangélica*, n.º 277, ano XVII, 3-11-1910, pp. 1-2.

² *Idem, ibidem*, p. 2.

³ Sobre as pensões e os padres pensionistas cf. Vítor Neto, *ob. cit.*, pp. 285-294.

⁴ *A Luz e Verdade*, nº 7, ano VIII, 30-6-1911.

⁵ *Idem*, n.º 13, ano VIII, 30-9-1911.

⁶ J. Santos Figueiredo, *Será já o fim da Religião?*, Porto, Typographia Mendonça, 1911, p. 12.

Evangelho, a Igreja Evangélica mostra que se é verdadeiramente cristão, sem a confissão auricular, sem a missa, sem o culto das imagens, sem o purgatório, sem o papa, etc.⁴⁷. Santos Figueiredo não acreditava que a República e a religião fossem incompatíveis, como o comprovavam os casos dos Estados Unidos e da Suíça. Face à conjuntura religiosa que o país atravessava, julgava que era necessário combater o agnosticismo e o ateísmo que medravam na sociedade. Apesar disso, apoiou criticamente a política religiosa dos governos republicanos, defendeu a laicização do Estado, a democratização da Igreja católica e criticou o comportamento dos bispos a respeito do novo regime político. Opositor do romanismo e do papado contestou a imoralidade do clero e combateu a educação "reaccionária" ministrada nos seminários católicos⁴⁸.

Em 1910, a Igreja Lusitana Evangélica estava, de facto, enraizada no nosso país. Porém, o discurso dos seus membros ficava aquém das expectativas das camadas populares urbanas que não se reviam no catolicismo. A meu ver, a ausência de liberdade religiosa, o analfabetismo, o ruralismo e a inexistência de debate teológico foram as razões que dificultaram a penetração social da Igreja Lusitana. Apesar das suas dificuldades, a agremiação religiosa lançou os seus fundamentos, divulgou a sua mensagem e colheu a simpatia de muitos cidadãos. A seu modo, contribuiu para desenvolver o pluralismo religioso já que obteve apoios em alguns núcleos da população urbana. Em virtude da escassa implantação social - nos anos iniciais da República o número global de evangélicos não ultrapassaria alguns (poucos) milhares -, o protestantismo não poderia exercer uma grande influência na sociedade.

⁴⁷ *Idem, Ibidem*, p. 30.

⁴⁸ *Cartas Abertas ao Clero Católico-Romano por um Presbítero Português*, Porto, Typographia Mendonça, 1911, pp. 5 e ss.